

# **Revolução de 1964? A ditadura militar brasileira nos livros didáticos de história dos colégios militares.**

Soares Felipe.

Cita:

Soares Felipe (2013). *Revolução de 1964? A ditadura militar brasileira nos livros didáticos de história dos colégios militares. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-010/1141>

## **A Revolução de 1964? A ditadura militar brasileira nos livros didáticos de história dos colégios militares**

Felipe Bronoski Soares<sup>1</sup>  
*faonet1910@yahoo.com.br*

É lugar comum dizer que a América Latina foi palco de sucessivas ditaduras militares durante principalmente a segunda metade do século XX. Obviamente, as experiências dos países sul-americanos com os regimes ditatoriais obedecem a singularidades específicas da política e da trama social de cada nação. No entanto, é possível destacar da mesma forma algumas condições estruturais da política global e especialmente latino-americana que atuam como forças sociais diretas na edificação dos regimes autoritários. Há de se considerar também, semelhanças elementares na prática política dessas ditaduras, que por sinal, são justamente os elementos que possibilitam que a análise social e política destaque esses regimes políticos como “ditaduras”.

A supressão de direitos políticos e a redução de instrumentos de representatividade; o controle rígido nos meios de comunicação de massa; as diversas perseguições a todas as pessoas que de alguma forma apresentavam um contraponto aos regimes estabelecidos; as barbáries cometidas pela tortura, desaparecimento e execução de pessoas; os discursos nacionalistas e patrióticos, por fim, elementos que compõem um quadro comum das práticas das ditaduras edificadas na América do Sul.

É também singular a forma com que cada país articulou as respectivas ditaduras militares em relação à prática social e política no decorrer do tempo. No bojo desses desdobramentos do campo sócio-político, há de se convir o papel fundamental desempenhado pela memória e principalmente pelas representações sociais produzidas no decorrer do tempo, sobre os regimes ditatoriais. Portanto, soterrar as “ditaduras” no denso tecido do acontecimento histórico tradicional, cuja imobilidade parece se amontoar a tantos outros eventos que passaram particularmente aos domínios da especificidade histórica, não condiz com as disputas e tensões que ainda se acirram no campo social contemporâneo e que remontam memórias ainda muito vivas.

No Brasil, um caso específico tem ganhado nos últimos dois anos uma repercussão além daquilo que geralmente é repercutido sobre temáticas específicas de

---

<sup>1</sup> Graduado em Licenciatura em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Este trabalho é baseado no Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao fim do ano de 2012:

versões do passado. No ano de 2011 o jornal *Folha de São Paulo* trouxe matéria a público sobre o livro didático de história utilizado na rede de colégios militares. A matéria assinada pela jornalista Ângela Pinho, explana sobre a exaltação da ação dos militares no golpe de 1964. Em outra edição da *Folha de São Paulo*, já no ano de 2013, uma matéria ainda mais detalhada e abrangente analisa o livro didático utilizado nos colégios militares.

Também no ano de 2011, quando o assunto ganhou alguma repercussão nas páginas de um dos jornais mais populares do país, a Associação Nacional de História – ANPUH emitiu em seu sítio na internet uma nota de posicionamento da entidade perante o caso. O texto informa que o assunto foi pauta do Grupo de Trabalho de Ensino de História da entidade. No mais, o texto aponta para inúmeras situações de conflito encontradas no livro didático *História do Brasil Império e República*, sobre a análise do trecho da obra sobre a “Revolução de 64”, a nota da ANPUH é taxativa

Como não poderia deixar de ser, a explicação sobre o Golpe de 1964 e a ditadura militar é a maior expressão das características negativas da obra, e não por acaso o trecho que mais chamou a atenção de jornalistas e articulistas pelo seu conteúdo. Queremos demonstrar que o problema não está na opção política da obra, que deveria em tese ser tolerada, mas no fato de que essa opção política conduz a um ensino de história que não somente é de baixa qualidade, mas que beira as raias da desonestidade intelectual para manter uma versão conservadora dos acontecimentos. Omissão de informações, desconhecimento dos estudos acadêmicos aprofundados sobre o assunto, distorção de acontecimentos e processos e explicação por meio dos discursos políticos dos vencedores à época são consequências da estratégia estabelecida. (ANPUH, 2011).

De fato, o livro didático utilizado nos Colégios Militares pelo Brasil, têm despertado polêmicas e debates que expressam o quanto as versões do passado são absolutamente vivas e variáveis importantes na construção e legitimação de discursos e práticas sócio-políticas na contemporaneidade. Enfim, uma situação que coloca em sentido transversal o conhecimento histórico, o ensino de história, memória e projetos políticos. O engendramento de todas essas variáveis possibilita que a situação possa ser analisada na perspectiva do conceito de cultura histórica. A cultura histórica é o campo em que se verifica a utilização do conhecimento histórico partilhado socialmente, na vida prática e igualmente social, que por sua vez, se estende pela emissão de diferentes discursos históricos nas mais diversas instituições sociais e lugares sociais do agir. Isso evidencia sua dimensão que transborda a do conhecimento histórico científico, abarca em seus domínios a construção ampla do pensar historicamente da(s) sociedade(s) onde a própria história joga um peso de argumentação e legitimação no campo político cotidiano.

Gostaria de definir como “cultura histórica”, o campo em que os potenciais de racionalidade do pensamento histórico atuam na vida prática. Essa expressão quer deixar claro que o especificamente histórico possui um lugar próprio e peculiar no quadro cultural de orientação da vida prática. Seria equivocado atribuir os problemas específicos da orientação histórica da vida humana prática exclusiva ou principalmente ao campo da cultura política, embora a relação prática interna do pensamento histórico apareça sobretudo como política (RÜSEN, 2010: 121) .

De acordo com Jörn Rüsen, existem conhecimentos que orientam as ações práticas cuja natureza está intimamente ligada àquilo que é especificamente histórico. Obviamente os debates gerados em torno da polêmica do livro didático utilizado nos colégios militares são nutridos também pelo argumento do campo político, mas, acima de tudo, o debate ascende essencialmente pela utilização de versões do passado legítimas ou não, perante consensos construídos sobre determinada temporalidade histórica.

É possível, portanto, analisar o objeto (livro didático) na perspectiva do conceito de cultura histórica, tal como sugerido

Tais observações sobre o conceito de cultura histórica permitem situar o livro didático de história em seu aspecto de fonte para conhecer o modo como determinada sociedade estabeleceu relação com o passado, na medida em que o livro escolar participa como expressão, agente e produto de uma cultura histórica. Sua elaboração abrange processos de filtragem de informações históricas que são divulgadas de forma didática, bem como informações coletadas em vários setores da vida social – notícias, fotos, documentos, modos de escrita, organização do texto, edição, impressão (GASPARELLO, 2009: 267)

De acordo com as três dimensões ocupadas pelo livro didático de história, nas discussões sobre cultura histórica – agente, expressão e produto – é possível compreender de maneira mais dinâmica e correlacionada, a produção, a utilização e a função que o livro didático de história utilizado nos colégios militares desempenha. Ao percebermos esses três elementos na composição integral da obra analisada, identificam-se articulações entre os usos do passado como fator de legitimação das ações das instituições militares, que servem de aparato na elaboração e objetivos que se pretendem formar através da disciplina de história nos colégios militares. “A existência de escolas militares – as quais têm autonomia relativa no conjunto de a realidade socioeconômica – vincula-se ao exercício da hegemonia. Tais escolas criam códigos e credos profissionais para orientar a vida dos quadros militares.” (CONCEIÇÃO, 2003: 9).

Estamos diante de um delicado problema para a consideração do historiador, em termos de reflexão didática, ou seja, de exercício de estudo das preocupações sobre o

que é ensinado em nossa sociedade, o que pode ser ensinado diante das nossas características culturais e políticas e o que deveria ser ensinado (BERGMANN, 1990), tomando em conta as projeções de futuro que a nossa sociedade se faz a si mesma, a partir dos objetivos e pressupostos políticos da República visando o seu futuro. Estamos diante também do tema da memória, dos usos sociais do conhecimento e do ensino da história recente.

### **Breve análise do documento: 1964 e suas consequências**

Analisamos a partir deste ponto a quarta edição revisada do livro didático em pauta. A publicação da obra pela BIBLIEX, que cumpre historicamente a função de fornecer bibliografia e todo tipo de material impresso que dá sustentação à linha ideológica assumida pela instituição, explica como o trabalho consegue ficar ao abrigo de todo o debate historiográfico e didático que se desatou nos anos 1980. Fechado hermeticamente nesse espaço protegido, a obra parece emergir diretamente dos anos 1970, em que a opção praticamente única era a produção de livros que, ao tratar da história recente, não podiam ir além do elogio da ditadura (MUNAKATA, 2012: 142). Abrigada do diálogo, a obra gira em torno do próprio discurso oficial do Estado nos anos 1960 e suas explicações para a tomada do poder e suas consequências sobre o país.

Para entender como a ditadura é justificada no livro, é preciso retomar o cenário que a narrativa constrói sobre o contexto histórico que antecedeu a tomada do poder.

O governo de João Goulart encontrou uma série de dificuldades em razão da inflação, da política, das reformas e da oposição feita por significativa parcela da opinião pública, da Igreja e das Forças Armadas. Seu governo não soube enfrentar com firmeza e equilíbrio necessários o extremismo crescente que, na época, se manifestou. (FERNANDES et. al., 2005: 199).

Essa pequena amostra indica a estratégia lacunar típica dos discursos ideológicos, convenientemente vestida de discurso didático, que pretensamente acaba sendo lacunar para garantir o resumo, a síntese. Afinal, o leitor poderia se perguntar de onde surgem as dificuldades que o governo Goulart enfrenta. A recorrer à documentação ou à historiografia, seria preciso destacar, por exemplo, que a “oposição significativa” vinha sendo orquestrada por setores interessados em assumir o poder (sem passar pelo voto) desde a eleição de Juscelino Kubitschek (por exemplo, em DREYFUSS, 1981). Outros elementos desse tipo de discurso se mostram turvos, não bem explicados e principalmente articulados em relação a algo como: o que é a opinião pública? O que caracteriza a dita “firmeza” necessária para governar o país? E quais são as dificuldades

nas reformas de base esboçadas por João Goulart? Outros elementos são denominados sem maiores dificuldades como é o caso da Igreja e das próprias Forças Armadas. Todos esses elementos criam o cenário propício não para o golpe, mas sim para a Revolução de 1964;

Durante o Governo João Goulart, a inflação descontrolada, a política de reformas contrariando a Constituição de 1946, e a cooperação do Presidente da República em face dos interesses do Partido Comunista (partido de existência ilegal), a infiltração do Partido Comunista em diferentes setores da Igreja Católica, das Forças Armadas e do meio estudantil e as greves políticas fomentadas provocaram em significativa parcela da opinião pública brasileira, um clima que ensejou graves e crescentes descontentamentos com o governo de João Goulart, que desaguaram na Revolução de 1964. (FERNANDES et. al., 2005: 199)

Ao utilizar o termo Revolução de 1964 ao invés de golpe, a narrativa conota ao regime outros significados históricos e principalmente políticos ao acontecimento, não se propõem a discutir a interrupção do governo legítimo de João Goulart por meio de uma ação militar intimidadora de tomada de poder, com apoio de setores conservadores da sociedade brasileira. “Revolução” legitima tal movimento de insurgência contra a ordem constituída. A instabilidade econômica e o suposto caos da sociedade brasileira também servem de atributo de legitimidade para a ação dos militares, o que se completa com a exposição de apenas um dos lados mobilizados da sociedade civil, apoiadores da derrubada do presidente eleito reunidos na Marcha da Família com Deus e pela Liberdade:

No dia 19 de março, seis dias após o comício da Central, em uma espontânea manifestação popular, reúnem-se no centro da cidade de São Paulo mais de quinhentas mil pessoas para protestar contra o caos político, econômico e social em que vivia o Brasil. O movimento ficou conhecido como “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Foi um espetáculo comovente, no qual mulheres brasileiras levaram a público sua participação na resistência ao movimento subversivo instalado pelo próprio governo, com apoio das esquerdas. (...) Na noite de 30 e março, seria decidido pelas lideranças democráticas (civis e militares) o início do movimento para o dia seguinte, 31 de março de 1964 (...) Sem precedentes nos anais dos levantes políticos sul-americanos, a Revolução foi levada a sério não por extremistas, mas por grupos moderados respeitadores da lei e da ordem. (FERNANDES et. al., 2005: 201).

A espontaneidade do movimento também não encontra sustentação nos estudos sobre o período. O tom é claramente afetivo e são emitidos juízos de valor não sustentados em qualquer argumentação histórica. E o adjetivo “subversivo” se impõe sem qualquer explicação. A tentativa de forjar um otimismo em relação ao golpe continua em outros trechos, em mesma medida que as ações “necessárias” para

estabilizar o país giram em torno da estabilidade da economia e da batalha contra os “comunistas subversivos”, trazendo para as forças armadas, as ações em defesa da democracia e dos interesses nacionais. Sem dúvidas, existe aqui uma padronização rasteira de um comportamento adequado aos interesses e anseios do “bom cidadão” no regime militar, do sujeito respeitador da tradição, que cumpre seus deveres no trabalho, cuida bem de sua família e “ajuda” no desenvolvimento da nação. Os movimentos contestatórios, na luta por direitos políticos, pela liberdade de expressão, pelo fim da censura, pela pluralidade artística, pelos direitos humanos, enfim, qualquer um que ouse contestar, criticar, esboçar outra forma de pensar a sociedade e agir nela, não se enquadra nesse conceito de “bom cidadão” (conforme discussão em CERRI: 2003), o que implica em estabelecer um comportamento histórico considerado “correto”, homogeneizar uma prática tida e aceita como moralmente correta, que nesse caso, decorre em problemas conceituais graves na aprendizagem histórica de um período da história do Brasil marcado pelo Estado autoritário, censuras, e violação dos direitos humanos: “hoje podemos afirmar baseados em evidências empíricas, que a tortura e o extermínio foram oficializados como práticas autorizadas de repressão pelos oficiais-generais e até mesmo pelos generais presidentes.” (FICO, 2004: 36).

As constantes violações aos direitos humanos por parte do Estado são omitidas da narrativa do livro, que em contrapartida, aponta para a “ação dos subversivos” em sequestros, assaltos a banco, e invasão de quartéis (FERNANDES et. al., 2005: 207), sob o argumento da “perturbação da ordem pública”, entendida de maneira genérica e do ponto de vista do regime: “No combate à atuação de guerrilhas, quer na área urbana quer na rural, o Governo reprimiu e eliminou os grupos comunistas engajados na luta armada, porque a preservação da ordem pública era condição necessária ao Progresso do país” (p. 208).

O fio central da caracterização histórica do período se dá pela suposta estabilidade econômica conseguida pelos governos militares, e pelas obras de infraestrutura construídas sob a tutela do regime, elaborando as bases do “Milagre Econômico” que se estudado por si só, quase nada explica da complexidade sociopolítica em questão e das discussões sobre cidadania, democracia e direitos humanos, mais contemporâneas, pelo contrário, ajudam a construir a imagem de um Brasil forte e soberano economicamente, do progresso a qualquer custo e principalmente unificado. Da forma que está organizada e principalmente pelos princípios básicos no texto, a abordagem sobre o regime militar

não auxilia de forma responsável na construção do pensamento histórico de acordo com as demandas atuais.

As instituições militares a qual o exército se inclui, são centralizadas, disciplinadas e tendem a homogeneização de seus indivíduos, essa condição, garante uma capacidade de mobilização de forças em quase todo o país (PINSKY, 2009) o que notoriamente contribui para ação prática das instituições. A vitalidade do Exército se dá pela combinação da sua filosofia, junto a sua dimensão física, espalhada por todo o país através das divisões técnicas e táticas dos segmentos do exército. “As Forças armadas estão a serviço da defesa e manutenção das instituições da ordem atual. (...) são os profissionais da violência ordenada, a serviço da pátria’ com uma educação toda própria. Portanto, a violência militar não é violência privada, ela é institucional” (CONCEIÇÃO, 2003: 13).

O argumento da função do exército como defensor da “ordem” é, sobretudo, uma argumentação que parte de um conceito genérico, ainda mais no campo político. O significado de “ordem” pode tomar rumos completamente divergentes e incompatíveis. No sentido político, ao argumento da ordem é instrumento de ação e legitimidade a defesa da continuidade e das tradições. Nesse sentido, o significado de “ordem” é, sobretudo, avesso às mudanças sociais e a qualquer tipo de argumentos que servem de contraponto para aquilo que se mantém e sua ação prática é de isolar a expressão dessas forças sociais que a coloquem em desconforto e ameacem projetos e práticas estabelecidas.

As interpretações sobre as reformas de base pretendidas por João Goulart, ainda geram debates em diferentes campos do conhecimento; uma importante síntese historiográfica a contrapor com o presente relato didático está em Delgado, 2009. As preocupações com a temática, em suma, extrapolam explicações fechadas na temporalidade do governo de Jango, mas servem para caracterizar um cenário sociopolítico do Brasil antes da ditadura militar e principalmente tentar mapear um panorama que possibilitou o golpe de 1964. Nas páginas de História do Brasil Império e República o governo de João Goulart é tido como uma grande ameaça a ordem do país. A forma e os recursos que a narrativa utiliza, tendem a induzir o leitor na ideia de um governo nefasto e que dava brechas aos avanços do comunismo – ou como alerta o livro – os subversivos.

Todavia, esse entendimento do governo de Jango, está ligado a interpretações valorativas que “atribuem ao período e ao governo apenas aspectos negativos e

perversos: “baderna política”, “crise de autoridade” e “caos administrativo”; inflação descontrolada e recessão econômica; quebra da hierarquia e indisciplina nas forças armadas; “subversão” da lei da ordem e avanço das forças de esquerda e comunizantes etc.” (TOLEDO, 2004: 14).

Em outros trechos, greves e manifestações trabalhistas servem de instrumento para a constatação de um cenário social caótico instaurado por João Goulart: “as greves políticas, desnecessárias e ilegais, ajudariam a desorganizar a economia nacional; as agitações populares na cidade e no campo, comporiam a desagregação política e social” (p.199). “As greves políticas eram fomentadas, e piquetes interditavam as portas das fabricas e empresas, causando assim, graves prejuízos para a economia brasileira.” (p.200). Se a interpretação histórica do período elabora um cenário maniqueísta, em defesa da “ordem” que, no caso, está colocada em xeque pelo governo de João Goulart e pela “ameaça comunista subversiva”, o historiador Caio Navarro de Toledo, observa outros sentidos nas reformas de base postuladas por João Goulart e na efervescência da sociedade brasileira na época, principalmente no sentido da participação popular na cidade e no campo. Também observa que o golpe de 1964, protagonizado pelos militares e com o apoio das elites latifundiárias e empresariais, marcou uma ruptura de um projeto que possibilitou a ampliação da participação democrática no país. Mais apropriado seria então afirmar que 1964 significou um golpe contra a incipiente democracia política brasileira; um movimento contra as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva contra a politização das organizações dos trabalhadores (no campo e nas cidades); um estancamento do amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país. (TOLEDO, 2004: 15).

De acordo com o apontamento do primeiro capítulo, o livro utiliza o termo Revolução de 64, que diverge em sentido e significado daquilo que a cultura histórica e a cultura política brasileira convencionou como golpe “a Revolução foi levada a efeito, não por extremistas, mas por grupos moderados respeitadores da lei e da ordem” (p.201). É preciso diferenciar conceitualmente um golpe e uma revolução, os desdobramentos históricos e jurídicos que cada termo significa e alguns posicionamentos além dos historiadores. Cláudio de Cicco, professor de Teoria Geral do Direito e Teoria Geral do Estado na PUC-SP, define diferenças entre uma revolução e um golpe e seu posicionamento perante aos acontecimentos de março de 64:

Revolução, é uma violenta quebra da hierarquia social e política, em uma nação, pondo abaixo o que estava no topo e em seu lugar colocando os que

estavam embaixo na hierarquia social e política. (...) Já um golpe de Estado é a ruptura da ordem jurídica para substituição de elementos no governo, ou liquidação de um órgão no governo de um Estado. Mas em 64 no Brasil, creio que é pouco falar só em golpe, pois além do presidente legal João Goulart ser deposto, a ordem jurídica foi não só quebrada mas substituída por um regime de exceção, com os Atos Institucionais 1, 2, 3 e 4, e sobretudo o de nº 5. (CICCO, 2011)

Ao adotar o termo “revolução” e silenciar sobre a quebra de um mandato legal e democrático, a concepção histórica do período explicitada no material, diverge dos consensos históricos e políticos construídos, diverge do conhecimento histórico produzido socialmente, e opta pela manutenção de discursos que legitimam a ação do exército sem qualquer tipo de autocrítica da ação da instituição na vida política do país. Basicamente, a opção é em sustentar o discurso que coloca o exército como um árbitro que age quando julga ser necessário defender o interesse nacional, a soberania do país e a ordem. Todos, conceitos igualmente genéricos e que se tomados sem explicações fundamentais, tornam-se vazios e sem um sentido claro. Contudo, é interessante observar o silêncio no discurso emitido, sobre o abrupto estreitamento dos debates democráticos em diferentes instâncias; os evidentes crimes de violação dos direitos humanos, nas práticas de tortura e na morte de centenas de pessoas; a censura que reprimiu movimentos culturais. O AI 5 - Ato Constitucional 5º, decretado pelo presidente Costa e Silva e símbolo do autoritarismo político do regime, tido como “política de combate ao terrorismo” (p. 207), é um exemplo da dificuldade do exército em admitir as práticas de tortura, desaparecimento, assassinato e exílio, no que diz respeito aos conceitos de democracia e cidadania atualmente. Ao invés disso, têm-se o apelo a descrições econômicas de programas e projetos criados pelos militares que “estabilizaram economicamente o país”. A abordagem tecnicista, exaltando o investimento do regime militar em infraestrutura fez parte de um projeto e do imaginário que formulava o Brasil como “potência econômica”.

### **Considerações Finais**

Uma rápida retomada dos critérios mínimos de qualidade vigentes no Programa Nacional do Livro Didático do Ministério da Educação indica que essa obra, considerada em seu conjunto, não receberia a aprovação necessária para ser adquirida pelo MEC e distribuída para as escolas públicas brasileiras. A obra não apresenta conceitos corretos e nem atualizados, já que, para o período da ditadura, está sustentada apenas nas justificativas da história oficial à época, desprezando toda a literatura

posterior. Apesar de obviamente existente, a concepção de história da obra não é explicitada e discutida e nem apresentada ao professor. Isso tanto pode indicar uma concepção em que não faz falta abordar o assunto, por considerá-lo óbvio ou desnecessário, quanto uma opção deliberada por não entrar nessa discussão, o que obrigaria os autores, por exemplo, a explicar o procedimento linear e factual na exposição do conteúdo, a carência de problematização, o fato de não tomar a história como construção e nem considerar os múltiplos pontos de vista na sua explicação.

Por não atender tais critérios mínimos de qualidade, estabelecidos pela interlocução entre os órgãos executivos do Estado de direito e os intelectuais ativos na área de história e ensino de história nas universidades, o livro tem que ser comprado pelo aluno ou pelo Exército, uma chicana para escapar do controle público e social sobre a história ensinada no sistema CMB.

## Referências Bibliográficas

ANPUH. Associação Nacional de História. (2011) “A História ensinada a crianças e adolescentes dos Colégios Militares”. 2011. Disponível em: ([http://www.anpuh.org/informativo/view?ID\\_INFORMATIVO=1864](http://www.anpuh.org/informativo/view?ID_INFORMATIVO=1864) Acessado em: 02 de junho de 2012.)

BERGMANN, Klaus (1990). “A História na Reflexão Didática”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.9, n.19, p.29-42.

CERRI, Luís Fernando (2003). “Ensino de História e cidadania no regime militar: características e um caso característico”. CERRI, L.F. (org.) *O Ensino de História e a Ditadura Militar*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2ª ed., p.117-140

CICCO, Cláudio de (2011). “O que os militares fizeram foi uma contrarrevolução para frear uma revolução socialista”. *Jornal do Campus – USP*, Disponível em: (<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2011/10/1964-um-golpe-ou-uma-revolucao/#1>. Acessado em: 25 de maio de 2013).

CONCEIÇÃO, Gilmar Henrique (2003). *O Partido Militar e as escolas do Exército*. Cascavel: EDUNIOESTE.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (2010). “O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia”. *Tempo*, Niterói, v. 28, p. 123-144.

DREYFUSS, René Armand (1981). *1964: A Conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. 3. ed. Petrópolis - RJ: Vozes.

FERNANDES, Aldo Demerval Rio Branco; SOARES, Maurício de Siqueira Mallet; ANNARUMMA, Neide (2005). *História do Brasil Império e República*. 4ª ed. revisada. Coleção Marechal Trompowsky, Rio de Janeiro: BIBLIEX.

FICO, Carlos (2004). “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60.

GASPARELLO, Arlete Medeiros (2009). “O livro didático como referencia de cultura histórica.” ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (org.) *A escrita da história escolar: memória e historiografia*: Rio de Janeiro: Editora FVG, 2009. p.265-280.

MUNAKATA, Kazumi (2007). “O livro didático e o professor: entre a ortodoxia e a apropriação”. MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.) *Ensino de História: Sujeitos, Saberes e Práticas*. Rio de Janeiro: FAPERJ.

PINSKY, Jaime (2009). “Nação e ensino de História no Brasil”. PINSKY, J (org.) *O ensino de História e a Criação do Fato*. São Paulo: Contexto.

RÜSEN, Jörn (2010). *História Viva - Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora UnB.

TOLEDO, Caio Navarro de (2004). “1964: O golpe contra as reformas e a democracia”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.24, n47, p.13-28.